Requerimento: 521 / 2026

Autor: Ver. Hanna Ellen

Requeiro à Mesa, ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, para que seja encaminhado expediente à Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL), com cópia ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), solicitando informações e esclarecimentos acerca das obras de recuperação estrutural da ponte sobre o Rio Paraguai, localizada na BR-262, na região de Porto Morrinho, município de Corumbá/MS, especialmente quanto à organização do tráfego, aos procedimentos de segurança e às medidas necessárias para evitar congestionamentos e interrupções prolongadas na travessia.

JUSTIFICATIVA
O presente requerimento tem por finalidade obter informações sobre o andamento das obras de recuperação da ponte sobre o Rio Paraguai, bem como sobre o prazo previsto para sua conclusão e, principalmente, sobre os critérios adotados para organizar e controlar o tráfego de veículos durante a execução dos serviços.
Conforme informações divulgadas pelo Governo do Estado, as obras tiveram início em junho de 2026, com investimento superior a R$ 11,7 milhões, sendo executadas pela AGESUL, em cooperação técnica com o DNIT. Desde então, o tráfego no local passou a funcionar em meia pista, por meio do sistema de pare e siga, com utilização de plataformas metálicas para permitir a passagem dos veículos.
Entretanto, a situação tem provocado inúmeros transtornos à população de Corumbá e a todos que dependem diariamente da BR-262. Moradores que precisam se deslocar frequentemente para Campo Grande, comerciantes, trabalhadores, transportadores e demais usuários da rodovia vêm enfrentando longos períodos de espera para conseguir atravessar a ponte.
A situação tornou-se ainda mais preocupante diante dos acontecimentos registrados no último domingo, dia 22 de novembro de 2026, quando, conforme relato divulgado por usuários da rodovia nas redes sociais, motoristas ficaram retidos em uma extensa fila entre aproximadamente 11h15 e 14h20, totalizando mais de três horas de espera para conseguir atravessar a ponte.
Segundo o relato, o congestionamento ocorreu após mais um caminhão não conseguir passar pelo trecho estreito da obra, ficando preso na estrutura e ocasionando a interrupção do tráfego. A situação expôs motoristas, passageiros, famílias e trabalhadores a condições extremamente desgastantes, sob temperaturas próximas de 40 °C, sem estrutura adequada de apoio, sombra ou condições mínimas de conforto durante a espera.
O episódio demonstra a necessidade de aperfeiçoamento urgente dos procedimentos de controle e organização do tráfego, especialmente considerando que a BR-262 constitui o principal acesso terrestre de Corumbá e Ladário ao

restante do Estado.
É importante destacar que a região possui intenso fluxo de veículos pesados, especialmente caminhões utilizados no transporte de minério, além de carretas, caminhões-prancha, ônibus, veículos de transporte de passageiros e automóveis de passeio. Diante das limitações de largura existentes no trecho em obras, torna-se indispensável a adoção de medidas de fiscalização e triagem prévia, evitando que veículos com dimensões incompatíveis avancem até a estrutura metálica ou ingressem no trecho estreito, ocasionando novos bloqueios.
Nesse sentido, é importante que os órgãos responsáveis avaliem a implantação de um sistema de controle antecipado nas proximidades da cabeceira da ponte, com sinalização adequada, fiscalização e, se tecnicamente viável, instalação de limitadores de largura e altura ou outros dispositivos que permitam identificar previamente veículos fora das dimensões permitidas para a travessia.
Outro ponto que merece atenção diz respeito à necessidade de estabelecer procedimentos claros para a passagem de ambulâncias, veículos de emergência e pessoas que necessitam de atendimento médico em outros municípios, especialmente em Campo Grande. Muitos moradores precisam realizar deslocamentos para consultas, exames, tratamentos especializados e viagens aéreas com horários previamente estabelecidos, sendo obrigados a sair de Corumbá com duas ou três horas de antecedência adicional, justamente para tentar evitar atrasos decorrentes das condições de tráfego na ponte.
Também é importante considerar as condições da BR-262 no trecho após a ponte, no sentido de Campo Grande, onde há irregularidades e ondulações no pavimento, tornando o deslocamento ainda mais difícil e demorado.
Diante desse cenário, não se trata apenas de questionar o andamento de uma obra necessária para a infraestrutura da região, mas de buscar soluções para que sua execução não continue submetendo a população a situações de risco, longas filas e interrupções que poderiam ser evitadas mediante planejamento, fiscalização e organização adequados.
Assim, solicitamos os seguintes esclarecimentos:
1. Qual é o prazo contratual e a previsão atualizada para a conclusão integral das obras de recuperação estrutural da ponte sobre o Rio Paraguai?
2. Considerando o início das intervenções em junho de 2026, qual é o percentual de execução dos serviços até o presente momento e quais etapas ainda precisam ser concluídas?
3. Qual é o critério técnico e operacional utilizado para organizar a travessia dos veículos pelo sistema de pare e siga? Existe um tempo determinado para liberação de cada sentido da via e qual é a equipe responsável pelo controle do tráfego?
4. Existe alguma regulamentação ou ordem de prioridade para a passagem de caminhões de transporte de minério, carretas, caminhões-prancha, ônibus, veículos de passeio e demais usuários? Em caso positivo, quais são os critérios estabelecidos?
5. Considerando os episódios de congestionamento e interrupção do tráfego, existe

algum procedimento de triagem prévia dos veículos antes que cheguem à cabeceira da ponte, a fim de verificar se suas dimensões são compatíveis com a largura disponível no trecho em obras?
6. Os órgãos responsáveis avaliam a possibilidade de implantação de limitadores de largura, sinalização específica e fiscalização antecipada, impedindo que caminhões e carretas fora das dimensões permitidas ingressem no trecho estreito da obra e provoquem o bloqueio da travessia?
7. Após os episódios de veículos pesados que ficaram presos na estrutura metálica utilizada para a passagem, especialmente o ocorrido no dia 22 de novembro de 2026, foram realizadas avaliações técnicas para verificar as condições de segurança e funcionamento dessas plataformas? Quais providências foram adotadas para evitar que situações semelhantes voltem a acontecer?
8. Quais medidas estão sendo adotadas para garantir a passagem prioritária de ambulâncias, veículos de emergência e pessoas que necessitam de atendimento médico em outros municípios, especialmente em Campo Grande?
9. Qual é o tempo médio de espera previsto para os motoristas durante a operação normal do sistema de pare e siga? Existe algum limite de espera ou procedimento específico para evitar a formação de filas excessivas, especialmente em dias de maior movimento?
10. Existe algum planejamento para melhorar a organização do tráfego, reduzir o tempo de espera e minimizar os transtornos enfrentados pelos moradores de Corumbá e Ladário, comerciantes, trabalhadores e demais usuários da BR-262 durante o período restante da obra.
Diante da importância estratégica da ponte sobre o Rio Paraguai para a mobilidade, o desenvolvimento econômico e o acesso de Corumbá e Ladário ao restante do Estado, solicitamos que os órgãos responsáveis apresentem os esclarecimentos e as providências adotadas com a maior brevidade possível.
É fundamental garantir que a execução de uma obra tão importante ocorra com planejamento, segurança e respeito à população, evitando que motoristas e passageiros continuem enfrentando horas de espera, sob condições extremas, em razão de situações que podem ser prevenidas por meio de fiscalização e controle adequados.

SALA DAS SESSÕES, 23 de Novembro de 2026

Hanna Ellen
Vereador(a) - MDB